PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Caravana

Na sessão ordinária da Câmara de Jundiaí, esta semana, quando foi aprovada moção 47/2017, que apela ao Ministério da Saúde para que resolva a questão burocrática que pode interromper o atendimento do Grendacc em Jundiaí, a maioria dos 19 vereadores manifestou vontade de que todos se juntassem para irem, juntos, a Brasília para a entrega do documento ao ministro da Saúde, Ricardo Barros. A data da viagem não foi decidida e foi sugerido que os que aceitarem ir à capital federal custeassem a própria passagem aérea.

Isenção de IPVA

A Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, aprovou parecer de projeto que isenta as pessoas com deficiência do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores). O projeto, de autoria do governador, recebeu parecer favorável na quarta-feira (14/06). Pela proposta, o cuidador poderá ser o condutor do veículo e não haverá mais a exigência de que a pessoa beneficiada seja a condutora. Outro projeto que recebeu parecer favorável da comissão inclui o símbolo do autismo nas placas de atendimento prioritário. A figura deve ser acrescentada em todos os estabelecimentos que oferecem a prioridade de atendimento. A proposta é de autoria do deputado Cássio Navarro (PMDB).

➤ CÂMARA

Comissão de Direitos, Cidadania e Segurança Urbana recebe denúncias do cidadão e busca soluções com órgãos públicos

Pancadões e falta de segurança são demandas para vereadores

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

ARQUIVO JJ

RECLAMAÇÕES Os pancadões são os principais problemas de segurança apontados pela população aos legisladores

A partir de hoje, o JJ Regional traz uma série de matérias especiais sobre as 10 comissões internas da Câmara de Jundiaí. O leitor conhecerá quais vereadores compõem e presidem cada grupo de trabalho (dividido em áreas da administração) e a importância de cada um para o dia a dia do cidadão.

As 10 comissões são: Direitos, Cidadania e Segurança Urbana; Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo; Finanças e Orçamento; Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana; Justiça e Redação; Participação Legislativa; Políticas Urbanas e Meio Ambiente; Saúde, Assistência Social e Previdência; Ética e Decoro Parlamentar; e Mista.

A de Direitos, Cidadania e Segurança Urbana (CDCIS) tem como presidente o vereador do PPS e delegado da Polícia Civil Paulo Sérgio Martins (PPS). São membros de seu grupo Antonio Carlos Albino (PSB), Cícero da Saúde (PROS), Cristiano Lopes (PSD) e Douglas Medeiros (PP). Segundo Paulo Sérgio, a comissão se reúne uma vez por mês em caráter oficial, porém são constantes os contatos com Martins e os demais integrantes feitos pelos munícipes. "A falta de policiamento nos bairros e os pancadões realizados em ambientes urbanos e chácaras mais afastadas estão entre as maiores demandas. Temos contato constante com as forças policiais (Civil e Militar e Guarda Municipal) e tentamos atender a curto prazo estes pedidos. Ainda buscamos ajustar a lei através de projetos para coibir abusos como o dos pancadões, que incomodam as pessoas em praticamente todos os finais de semana, mas isso nem sempre é possível", revela Paulo Sérgio.

O presidente da comissão ouve das autoridades que há dificuldade de legislação e de um contingente policial necessário para se dar total segurança à população de Jundiaí. "Não conseguimos fazer tudo, porém ouvimos as queixas e tentamos a melhor solução. Sou um pararraio, por ser delegado e vereador conhecido. No caso dos pancadões, muitas vezes a denúncia é feita e o som está alto demais, mas quando a polícia chega os participantes do evento diminuem o volume e a viatura vai embora. Aí o som é aumentado de novo".

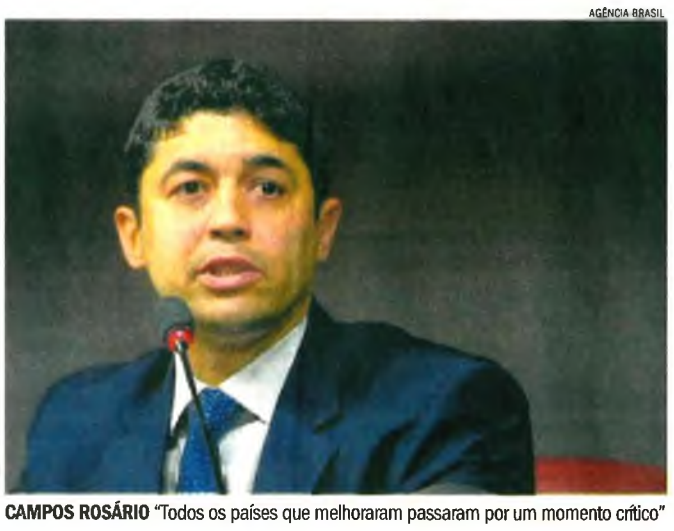
Martins disse que a estratégia para os casos de abusos como os dos pancadões é cassar o alvará de funcionamento. Nos finais de semana a fiscalização do comércio se junta à "força-tarefa" que é montada para a abordagem aos locais que descumprem a lei do silêncio e incomodam os cidadãos.

"Primeiro, orientamos para que as vítimas registrem boletim de ocorrência na delegacia de perturbação do sossego. A punição a partir daí se torna mais eficaz do ponto de vista administrativo, através do alvará de funcionamento. Criminalmente, um acusado que acabe condenado por perturbação de sossego pode pegar só de dois a seis meses de prisão, mas isso normalmente é revertido em entrega de cestas básicas ou prestação de serviço à comunidade. O importante é continuar atendendo as necessidades da população e, seguindo a lei, resolver os problemas, sempre com apoio das forças policiais e do povo, que deve seguir fazendo denúncias e cobrando soluções", finaliza Paulo Sérgio Martins.

➤ TRANSPARÊNCIA

Brasil ficará melhor após a Lava Jato, diz ministro

AGÊNCIA BRASIL



CAMPOS ROSÁRIO "Todos os países que melhoraram passaram por um momento crítico"

O país ficará melhor após a Operação Lava Jato, no que se refere ao combate à corrupção. A opinião é do ministro interino da Transparência e Controladoria-Geral da União, Wagner de Campos Rosário. Ele participou, na quarta-feira (14), do seminário Abordagem sobre o combate a Corrupção no Brasil - Os Órgãos de Controle, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro.

"Eu acho que o Brasil vai sair melhor. Porque todos os países que melhoraram ou mudaram uma rotina de combate à corrupção passaram por um momento crítico. A Lava Jato é um momento crítico em que o problema da corrupção está sendo exposto, não só por meio da investigação, mas na fala dos próprios envolvidos. Hoje nós estamos com a realidade escancarada, não existe mais desculpa para dizer 'eu não enxergo, eu não entendo'. Essas informações vão modificar a vida dos brasileiros", disse.

Para ele, não é possível dizer que atualmente haja mais corrupção do que antigamente, porque no passado não havia tantas ferramentas tecnológicas para detectar atos ilícitos, como existe hoje em dia. "Hoje temos mais meios de detecção, o que gera uma ideia de que a corrupção está aumentando. Mas, quando a gente não tinha meios de detectar, não sabia como ela ocorria. Como nós temos grandes casos aparecendo, a percepção na população é maior", disse Campos Rosário.

Segundo ele, a estrutura do ministério está abaixo do necessário, para um país da dimensão do Brasil. Ele citou o caso de outros países, menores, mas que têm mais funcionários dedicados ao controle interno.

"Nós temos hoje cerca e 2,4 mil servidores, é um número relativamente pequeno. A Espanha, que é um país sete vezes menor que o nosso, tem 3,5 mil servidores na área de controle interno", compara o ministro, que é oficial do Exército, formado na Academia das Agulhas Negras, e está na Controladoria-Geral da União (CGU) desde 2009. Uma das iniciativas que ele destaca é o Selo Pró-Ética, um programa de fomento para que as empresas implementem programas de integridade.

"Este ano, as inscrições contaram com cerca de 200 empresas espalhadas pelo Brasil, que encaminharam seus programas de compliances , para análises por nossa equipe. No ano passado, foram 92 empresas. Uma das grandes propagandas de uma empresa atualmente é ser íntegra", destacou o ministro, lembrando que algumas empresas ganham concorrências internacionais justamente por terem esse tipo de certificado.

Lavagem de dinheiro

Outro participante do seminário, o juiz de direito Daniel Botto Colaço, de Minas Gerais, afirmou que o combate à corrupção está longe de chegar ao fim. Ele destacou que o volume de dinheiro ilegal sendo lavado por meio de esquemas como compra de carros de luxo, joias, obras de arte e imóveis é imenso. Segundo o juiz, basta percorrer as áreas de comércio popular nas capitais, como a Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências (Saara), no Rio de Janeiro, ou a Rua 25 de Março, em São Paulo, para perceber o tamanho do mercado paralelo de produtos contrabandeados e piratas, muitos resultado da lavagem de dinheiro. **(Agência Brasil)**

➤ CONTRA TEMER

Maia cogita suspender recesso para votar denúncia

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), admitiu a possibilidade de suspender o recesso parlamentar, que constitucionalmente começa no dia 18 de julho, para que a Casa vote a denúncia que a PGR (Procuradoria-Geral da República) deve apresentar contra o presidente Michel Temer nos próximos dias.

Para Maia, "o papel da Câmara é começar e encerrar o assunto". "Se acontecer a denúncia, a sociedade não vai entender que a Câmara pare até terminar este processo. Porque, enquanto tiver este processo na Câmara, esta vai ser a agenda prioritária da Câmara, e deve ser mesmo. Só depois disso que se consegue retomar com mais tranquilidade as outras agendas", disse Rodrigo Maia à Folha.

Existem duas maneiras de se suspender o recesso parlamentar. A primeira, considerada mais fácil por técnicos do Palácio do Planalto, é protelar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os parlamentares não podem sair de férias sem aprovar a LDO.

A Constituição prevê outra possibilidade. Câmara e Senado podem aprovar por maioria simples (metade mais um) um requerimento de convocação extraordinária apresentado pelo presidente da República, pelo presidente de uma das duas Casas ou pela maioria dos deputados e senadores. Na terça-feira (13), ao ser abordado pela reportagem no cafezinho do plenário do Senado, o presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE), havia negado a possibilidade de se mexer no recesso de julho. Nesta quinta, ele não atendeu a ligação da Folha.

No início da semana, a ideia do Planalto era acelerar a tramitação da denúncia para que ela pudesse ser votada antes do recesso. O governo acredita que tem votos suficientes para rejeitá-la e quer diminuir o tempo de desgaste de Michel Temer, investigado em inquérito após gravação e delações da cúpula da JBS. **(Folhapress)**

➤ PGR

Janot reforça pedido de prisão de Aécio Neves

O procurador-geral da república, Rodrigo Janot, reforçou o pedido de prisão do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG) por entender que o parlamentar continua exercendo funções políticas, contrariando decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, que o afastou do cargo no dia 18 de maio.

Ao reiterar o pedido, Janot citou uma postagem no Facebook feita por Aécio no dia 30 de maio, em que o senador afastado aparece em uma foto acompanhado dos senadores Tasso Jereissati (CE), Antonio Anastasia (MG), Cássio Cunha Lima (PB) e José Serra (SP), colegas de partido. "Na pauta, votações no Congresso e a agenda política", escreveu Aécio na legenda.

Segundo Janot, Aécio Neves faz "uso espúrio do poder político" e isso é possibilitado pelo "aspecto dinâmico de sua condição de congressista representado pelo próprio exercício do mandato em suas diversas dimensões, inclusive a da influência sobre pessoas em posição de poder".

O procurador-geral argumenta que o senador afastado pode atrapalhar as investigações, pois tem plena liberdade de movimentação e de acesso a pessoas e instituições.

Em nota, a assessoria de Aécio informou que o senador afastado tem cumprido integralmente a decisão do ministro Edson Fachin e se mantém afastado das atividades parlamentares. **(Agência Brasil)**